



Sindicato da classe solicitou ao ministro da Justiça uma sindicância aos serviços da Direcção Geral da Administração da justiça (DGAJ), que se destina, «tal como descreve a Lei, a uma `averiguação geral ao funcionamento dos diversos serviços`». E contesta a utilização de verbas do ministério para «acções de propaganda» do próprio ministro...

O Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ) exigiu ao ministro, Alberto Costa, a realização de uma sindicância à DGAJ, nomeadamente, porque contesta a gestão de recursos humanos, substanciada, desde logo, nos movimentos ordinários e extraordinários de funcionários, «bem como comissões de serviço, destacamentos e afins», denunciando «falta de transparência» e uma «gritante injustiça».

As várias queixas apresentadas por associados do SOJ, parecem não merecer resposta, por parte do ministro, dado o «poder discricionário da Administração». Mas para o presidente do sindicato, Carlos Almeida, esse poder «deve ter limites e ser sujeito a fiscalização». Ainda em matéria de recursos humanos, o sindicato considera não haver «qualquer despacho superior a determinar os lugares que são colocados a concurso» e desconhecidos «os critérios objectivos que levam aos descongelamento dos lugares»...

Ou seja, em linguagem mais terra-a-terra, os critérios da DGAJ poderão estar sujeitos a motivações que não decorrem propriamente da razão de serviço...

MILHÕES AO DESBARATO ?

Outra das vertentes da sindicância prende-se com as acções de formação. Quatro milhões de euros é o valor destinado a esta rubrica, no entanto, o ministério mantém-se em silêncio sobre a sua utilização, concretamente, no que respeita ao valor destinado a manuais. Efectivamente, apesar de tal verba estar contemplada, o que se verifica é que, estando os manuais à disposição no portal da DGAJ, os funcionários fazem downloads e, nuns casos assumindo os encargos, noutros utilizando os meios dos tribunais, fotocopiam o infindável número de páginas que o documento comporta. Ou seja, a DGAJ praticamente não gasta dinheiro e sobrecarrega os cofres dos tribunais que, segundo Carlos Almeida, faz com que estes «não tenham verbas para outros produtos».

Além do mais, o presidente do sindicato considera que «em matéria de participantes [nas acções de formação], os números não são aqueles indicados pelo ministério, que os inflacionou».

ACÇÕES DE PROPAGANDA

O sindicalista diz ter «muitas reservas à gestão do orçamento do MJ, nomeadamente a utilização de verbas para acções de propaganda», defendendo que essas verbas «sejam direccionadas para a criação de melhores condições nos tribunais».

É que, não deixa de ser estranho que Alberto Costa utilize fundos do ministério para a promoção da sua imagem, concretamente, no muito contestado vídeo promocional exibido no Campus da Justiça e, de igual modo, na luxuosa edição de seu discurso na abertura do ano judicial. **SP**

Maurice Grasse

